



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo nº:	1008501-18.2016.8.26.0566
Classe - Assunto	Procedimento Comum - Indenização por Dano Material
Requerente:	Zilda Aparecida Fontes Picon
Requerido:	Marcio Eliandro Olegário e outro

Prioridade Idoso

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

O requerido propôs o parcelamento do débito nos moldes do art. 916, do NCPC e realizou o pagamento de 30% do valor do débito atualizado, sendo que o restante será pago em 6 parcelas mensais consecutivas (Fls. 176/177).

Houve concordância da parte contrária (fls. 183/184).

Assim, **HOMOLOGO O ACORDO** celebrado pelas partes, para que surta os seus efeitos jurídicos e legais. Há resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso III, "b", do NCPC.

Ausente interesse recursal, nos termos do artigo 1.000, do CPC, fica anotado o trânsito em julgado na data de publicação desta sentença, dispensando-se o Cartório de lançar certidão.

Não há custas finais, nos termos do art. 90, §3º, do CPC.

Os pagamentos mensais deverão ser realizados diretamente na sede da administradora do imóvel, conforme requerido pela parte autora.

Expeça-se mandado de levantamento, em favor da parte autora, referente ao depósito efetuado em juízo (fl. 181).

Aguarde-se o cumprimento, nos termos do art. 922 do NCPC. Em até 05 dias corridos da data estabelecida para o pagamento, deverá o credor peticionar nos autos, independente de intimação, para informar se houve ou não a quitação do débito. Sua inércia implicará o reconhecimento da solvência integral e consequente extinção nos termos do art. 924, inciso II do NCPC.

P.I.

São Carlos, 26 de julho de 2017.

<b>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,</b> <b>CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</b>
---